

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO**  
**11.12.2020**

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Temos constatado o quórum visualmente, havendo o número regimental declarado aberta a reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, convocada pelo presidente da Assembleia nos termos regimentais, com a finalidade de deliberar sobre o voto do relator, o deputado Delegado Olim, ao PL 627/2020, de autoria do Sr. Governador, que orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2021.

Quero dizer o nome dos membros que estão aqui, e gostaria que eles respondessem por gentileza, conforme for chamando o nome deles. Deputado Tenente Nascimento.

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL -** Deputado Tenente Nascimento presente, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Obrigado. Deputado Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Presente, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Deputado Roberto Engler, deputada Dra. Damaris.

**A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Presente, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Deputado Estevam Galvão, deputado Dirceu Dalben, deputado Ricardo Mellão.

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO -** Presente, presidente.

Verba Editorial Ltda.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Obrigado, deputado. Deputado Marcio da Farmácia, deputado Delegado Olim, relator –  
está desligado o microfone.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP -** Presente, presidente, ouviu?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Ouvi, obrigado, deputado. Deputado Alex de Madureira, ele está presente, porém...

**O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD -** Presente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Deputado Daniel Soares.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP -** Está na rua.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Deputado Daniel Soares.

**O SR. DANIEL SOARES - DEM -** Presente, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Obrigado, deputado. Então, constatado o quórum, solicito a leitura da Ata da reunião  
anterior.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Pela  
ordem, deputado Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Eu solicito a dispensa da leitura, e que  
seja considerada aprovada a Ata da reunião anterior.

Verba Editorial Ltda.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** É regimental o pedido de V. Exa., havendo acordo.

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO -** Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Pela ordem, deputado Ricardo Mellão.

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO -** Presidente, eu tenho um voto em separado que eu já enviei pelo e-mail.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Deixa eu só, deputado Ricardo Mellão, só constatar dado por lido e aprovado.

**O SR. -** Eu também tenho, tá?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Deputado, então passo agora a palavra ao deputado Ricardo Mellão, pois não.

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO -** Ah sim, não, eu tenho um voto em separado, que eu já enviei pelo e-mail, e eu gostaria de saber, eu compartilho aqui pelo chat e pelo grupo de WhatsApp também, para que todos possam ter acesso a ele?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Eu pediria que Vossa Excelência... (Vozes sobrepostas.)

O voto ainda não chegou.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Paulo Fiorilo.

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO -** Vou compartilhar aqui pelo chat também.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Desculpa, é que como mais de um deputado falou ao mesmo tempo, estava falando ao mesmo tempo, eu não ouvi. O senhor recebeu o meu voto em separado?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - O seu voto está com a gente.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Ok.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Agora o do deputado Ricardo Mellão só não chegou, nem aqui no chat, e nem também lá na secretaria.

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL** - Questão de ordem, presidente.

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO** - Eu estou mandando aqui no chat, qualquer coisa eu tenho o voto aqui, eu já mandei aqui, estou enviando pelo site, e está aparecendo “network disconnected”.

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL** - Questão de ordem, presidente.

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO** - Eu vou mandar pelo grupo de “WhatsApp”.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Se não receber no chat, e também a secretária da reunião dizer que não chegou no e-mail, eu não posso dar continuidade, deixando apenas registrado isso. Quero registrar a...

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO** - Bom, chegou no chat agora, acabou de acontecer, acabou de chegar no chat.

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL** - Questão de ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Quero só registrar a presença do deputado Roberto Engler, que também está presente. Pois não, deputado Tenente Nascimento.

**O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL** - Só para, como será a condução dos trabalhos, principalmente essa questão dos votos em separado? Se será primeiro, segundo, como será o procedimento?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Deputado, primeiro (Ininteligível.) do relator, e logo em seguida o voto em separado dos deputados.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Com a palavra, deputado Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Sr. Presidente, eu sei o esforço que o deputado Olim fez para elaborar o seu voto, sei do empenho do presidente desta Comissão para agendar ao longo desta semana reuniões para que pudéssemos apreciar e debater o voto do deputado Olim, e nós recebemos ontem, no final da tarde, à tarde, o voto que o deputado construiu.

Eu queria solicitar aos nobres pares, se for possível, que a gente suspendesse por 15 minutos, porque nós estamos ainda numa análise profunda de artigos que o deputado Olim citou no seu aparecer, e eu quero depois perguntar ao deputado, para que a gente pudesse avançar. Inclusive, na possibilidade de nem ter a leitura completa do voto, mas para isso eu queria solicitar, se é possível, uma suspensão de 15 minutos para que a gente feche aqui o nosso voto, e possamos apresentar uma proposta que com certeza que vai contribuir para o avanço dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** O que eu queria sugerir aos deputados? Que a gente, primeiro, o deputado Delegado Olim poderia dar início à leitura das conclusões do relatório, e aí logo em seguida a gente já ouve o deputado Paulo Fiorilo, o relatório seu, e depois logo em seguida o deputado Ricardo Mellão. Por mim não tem problema, mas acho que o deputado Delegado Olim poderia já dar início.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Pois não, deputado.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** É que o relatório do deputado Olim, quando ele entra nas conclusões, ele só tem as citações de emenda, então ele não pode ler as conclusões, por isso que eu estou pedindo para o senhor, se a gente pudesse suspender por 15 minutos, eu tenho uma sugestão que eu tenho certeza que, resolvido aqui, a gente encaminha. E ele vai ler menos páginas do que o senhor imagina.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Há acordo de todos os deputados? Pergunto. Bem, se havendo acordo, então nós suspendemos os trabalhos por 15 minutos, voltamos então às 10h10, já são dez e 13, vamos voltar às 10h30. Está suspenso, deputado.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Obrigado, Sr. Presidente.

\* \* \*

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Wellington Moura.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Retomados os trabalhos agora, dez horas e 32 minutos. Quero novamente registrar a

presença dos nobres deputados, que eu gostaria que informassem pelo microfone a presença de vocês. Deputado Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Presente, Sr. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Deputado Delegado Olim.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP - Presente, Sr. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Deputado Ricardo Mellão.

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Presente, presidente.**

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Deputado Roberto Engler.

**O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Presente, presidente.**

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Deputada Dra. Damaris.

**A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PSDB - Presente, presidente.**

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Deputado Dirceu Dalben.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Presente, Sr. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Deputado Adalberto Freitas, deputado Adalberto Freitas, peço para ligar o microfone. E está o líder do Governo também aqui, o deputado Carlão Pignatari está aqui presente

também, acompanhando a reunião. Então eu pediria que o deputado Delegado Olim desse início à leitura.

**O SR.** - Presente, presidente. Presente aqui, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Presente. Eu peço ao deputado Delegado Olim que dê início à leitura do relatório, até que nós venhamos a entrar em um...

**O SR.** - Presente, presidente.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Obrigado. Pode começar?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Por favor, deputado.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Um bom dia a todos os deputados e deputadas, ao nosso presidente, ao líder do Governo. Quero agradecer pela relatoria, e dizer a todos aí pelo apoio que todos deram aqui para esse Projeto de lei 627, o relator do Orçamento.

E vou começar agora, rapidamente, a ler aqui o Orçamento. Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento sobre o Projeto de lei 627, de 2020. Através da mensagem nº A-31/2020, o governador do Estado encaminhou a esta Casa o Projeto de lei nº 627, de 2020, que orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2021, fundamentada nos Arts. 47, inciso 17º, e 174, inciso 3º, da Constituição Estadual.

A propositura deve atender também às determinações contidas na lei nº 17.286, de 20 de agosto de 2020, que estabelece as diretrizes orçamentárias para 2021, assim como a lei federal nº 4.320, de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, à lei complementar federal nº 101, de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal e as disposições da emenda constitucional nº 45, de 18 de dezembro de 2017, que inseriu na Constituição Estadual o regime para o atendimento de programações decorrentes de emendas parlamentares individuais de execução obrigatória.

Está bom assim, ou o senhor quer que eu leia mais devagar ou mais rápido, presidente?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Pode manter neste ritmo, deputado.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Ok. Tudo bem? Vou continuar aqui.

Foram observadas as estratégias contidas no Projeto de lei do Plano Plurianual, relativo ao período de 2020 a 2023, a lei nº 17.262, de 09 de abril de 2020. São cinco as diretrizes estabelecidas pelo Governo: descentralização, participação social, transparência, eficiência e inovação. Nosso objetivo é atender aos novos desafios nos campos demográfico, econômico, tecnológico e social.

Além da mensagem do poder Executivo, este relator analisou também as propostas originais para o Orçamento de 2021 encaminhadas ao poder Executivo pelo Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça Militar, Ministério Público e Defensoria Pública. Discorreremos sobre cada uma delas no momento da análise por órgãos.

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa contém capítulo específico sobre a matéria (Arts. 246, 247 e 248). A propositura figurou em pauta por 15 sessões, tendo recebido 15.154 emendas. Cabe a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento emitir parecer quanto ao projeto e às emendas apresentadas, devendo pronunciar-se sobre todos os aspectos, nos termos regimentais.

Na qualidade de relator designado, é o que passamos a fazer

Do Projeto – Poder Executivo encaminhou o presente projeto, o qual compreende três documentos principais: I. Orçamento Fiscal, II. Orçamento da Seguridade Social, e III. Orçamento de Investimento das Empresas. A proposta orçamentária para o exercício de 2021, de acordo com os Arts. 2º e 4º, orça a receita e fixa a despesa de 246 bilhões, 330 milhões – é tanto dinheiro – 330 milhões, 596 mil e 108 reais, sendo 207 bilhões, 971 milhões, 795 mil e 718 reais; e 38 bilhões, 877 milhões, oito mil e 168 reais ao Orçamento da Seguridade Social. Já o Orçamento de Investimentos das Empresas, conforme dispõe o Art. 7º, está fixado em oito bilhões, 361 milhões, 555 mil e 45 reais.

Observa-se que o Orçamento Fiscal é composto pelas dotações dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública. O referido Orçamento, quanto ao poder Executivo, inclui toda a administração direta,

autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo estado de São Paulo, excetuando-se as despesas relativas à Saúde, Previdência e Assistência Social.

Compreende, também, as dotações das empresas estatais dependentes, ou seja, as empresas públicas e sociedades de economia mista em que o estado de São Paulo, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam desta quaisquer recursos que não sejam provenientes de participação acionária, pagamento de serviços prestados e transferências para aplicação em programas de financiamento.

Já o Orçamento da Seguridade Social é composto pelas dotações de todos os órgãos e entidades aos quais compete executar ações nas áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social, quer sejam da administração direta ou indireta. No Governo de São Paulo compreende os órgãos seguintes: Secretaria da Saúde, Secretaria de Desenvolvimento Social, Fundação Casa (vinculada à Secretaria da Justiça e Cidadania), Caixa Beneficente da Polícia Militar (vinculada à Secretaria da Segurança Pública) e São Paulo Previdência – SPPREV e Iamspe (vinculado à Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão).

O Art. 6º estabelece que recursos orçamentários destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde desenvolvidos pelo Estado, alocados na unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde – Fundes, da Secretaria da Saúde, forma prevista na lei nº 17.286, de 2020, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021, serão executados:

I - Pelas unidades da administração direta da Secretaria da Saúde, conforme programação demonstrada no Anexo I desta lei, devendo a unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde – Fundes, na qualidade de unidade orçamentária gestora, providenciar a transferência das correspondentes dotações, obedecida a distribuição por fonte e por grupo de despesa;

II - Pelas unidades orçamentárias da administração direta e indireta, não vinculadas institucionalmente à Secretaria da Saúde e que realizem ações de saúde, devendo a unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde – Fundes providenciar as transferências das correspondentes dotações por meio da modalidade de aplicação intraorçamentária, obedecida a distribuição por fonte e por grupo de despesa.

Com relação ao Orçamento de Investimentos das Empresas, este contém os investimentos das sociedades de economia mista em que o estado de São Paulo, direta ou

indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que não sejam dependentes de recursos do Tesouro do Estado.

Nos termos do Art. 9º, fica o poder Executivo autorizado a abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 17% do total da despesa fixada no Art. 4º, observado o disposto no Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como a abrir créditos adicionais até o limite consignado sob a denominação de Reserva de Contingência.

Nas Disposições Finais há dois destaques: reprogramação das metas do resultado primário e resultado nominal constantes do Anexo de Metas Fiscais, conforme o parágrafo único do Art. 54 da LDO para 2021, receitas e despesas condicionadas: em virtude do Projeto de lei nº 529, de 2020, de autoria do governador que estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas, ainda estava em tramitação nesta Casa no momento do encaminhamento da proposta orçamentária.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Pela ordem, deputado Delegado Olim. Eu pediria, se há de todos os deputados um acordo, de nós darmos por lido o relatório do deputado Delegado Olim, sendo que já foi dada publicidade para nós, deputados, ontem. Recebemos ontem através do “WhatsApp”, temos o grupo das Finanças.

O próprio líder do Governo, que também está aqui presente, e enviou para todos os deputados. Eu acho que não tem necessidade de, então, nós darmos continuidade nessa leitura. Então peço, quero saber de todos os deputados se há acordo, é possível então dar por encerrada essa leitura. Bom, então havendo acordo, nós estamos dando por lido o relatório do deputado Delegado Olim. Deputado Ricardo Mellão fez um relatório em separado, e eu gostaria de saber se o deputado também é possível dar por lido o seu relatório, sendo que já tomamos conhecimento aqui, V. Exa. que nos encaminhou via chat, e também via “WhatsApp” do grupo.

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO** - Deputado Wellington, eu preferia ler o meu relatório, ele chegou há muito pouco tempo, creio que nem todos conseguiram lê-lo nesse período aí, então eu gostaria de lê-lo aqui nessa reunião.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Pois não, deputado, fique à vontade. Passo a palavra à V. Exa. para fazer a leitura.

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO** - Muito obrigado, presidente. Voto em separado da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento ao Projeto de lei.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Presidente, pela ordem. Quantas páginas tem só o relatório do deputado Mellão? Só para a gente ter uma noção.

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO** - Não é muito, Olim, tem umas 50 e poucas.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - 50? Poxa vida, então dá para ir até Santos e voltar.

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO** - Oi? Posso continuar?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Pode continuar.

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO** - O Projeto de lei 627/2020, Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. Por meio da Mensagem A-nº 031/2020, o Sr. Governador, cumprindo o disposto no Art. 174 da Constituição do Estado, encaminhou o Projeto de lei que, nesta Casa, recebeu o nº 627, de 20020, dispondo sobre a estimativa de receitas e fixação de despesas para o exercício de 2021. A propositura encontra-se fundamentada nos Arts. 47, inciso 17º, e 174, inciso 3º, da Constituição Estadual.

Observa, também, as diretrizes orçamentárias para o próximo ano, aprovadas na forma da lei nº 17.118, de 19 de julho de 2019, a lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que fixa normas de finanças públicas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal, os efeitos da emenda constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, que alterou o ato das disposições transitórias da Constituição Federal para prorrogar a desvinculação das receitas da União e estabelecer a desvinculação das receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, e as disposições da emenda constitucional nº 45, de 18 de dezembro de 2017, que inseriu na Constituição Estadual o regime para o atendimento de programações decorrentes de emendas parlamentares individuais de execução obrigatória.

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo destina capítulo especial à matéria (Arts. 246, 247 e 248). Após figurar em pauta por 15 sessões, a partir de 13 de outubro de 2020, a peça foi analisada pelos Srs. Deputados e Sras. Deputadas, que ofereceram as emendas de número 01 de autoria do nobre deputado Carlos Giannazi até a emenda de número 15.161, do nobre deputado José Américo em 7 de novembro de 2020.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Pela ordem, deputado Ricardo Mellão. Eu quero pedir à V. Exa., com todo o respeito que tenho, e o senhor sabe disso, se seria possível que apenas fosse dado por lido todas essas páginas, e lesse a conclusão, que está a partir da página 15 do relatório do (Ininteligível).

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO** - Posso fazer o seguinte, deputado Wellington? Eu tenho, eu acho importante destacar do meu voto as 1, 2, 3, 4, 5, até a página 6, e depois a conclusão, pode ser?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Pode, deputado, eu te agradeço, muito obrigado.

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO** - De nada, é que a parte importante, o resto é mencionando as emendas todas que nós apresentamos. Enfim, fica o registro aí, você sabe que eu não tenho a intenção de protelar, mas simplesmente de registrar a minha opinião em decorrência do Orçamento proposto, qual que é a moessa visão.

Continuando: cabe a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento emitir parecer quanto ao projeto e às emendas apresentadas, devendo pronunciar-se sobre todos os aspectos, nos termos regimentais. É o que passamos a fazer.

1 – Contexto. Orçamento público é regido pela lei complementar 4.320 de 17 de março de 1964 e Constituição Federal de 1988, nesses dispositivos legais estão descritas diversas regras que devem ser seguidas nas entidades públicas, nas esferas municipal, estadual e federal, no que abrange a Lei de Orçamento.

A importância do Orçamento público pode efetivamente garantir um planejamento de metas e prioridades, é através desse meio que os gestores planejam e executam as finanças públicas dentro de um ano e em um determinado mandato. A Lei de Orçamento Anual é uma ferramenta de gestão muito importante para os nossos

gestores públicos, se for usada de forma correta e eficiente pode contribuir e muito para melhorar a gestão dos recursos públicos e com isso cooperar com o desenvolvimento do Município, pois visa o planejamento e a execução das ações de políticas públicas, nela estarão previstas todos os gastos e arrecadações para o período de um ano.

As incertezas apontadas sobre a economia brasileira, quando do encaminhamento do Projeto de Lei do Orçamento de 2020, infelizmente, permanecem e foram agravadas pelo avanço da pandemia de Covid-19. Além disso, os impactos da crise econômica sobre o desempenho do Estado nos últimos quatro anos são inegáveis, com prejuízos às receitas e à capacidade de investimento pública e privada. No ano de 2020 houve queda acentuada da arrecadação, em especial do ICMS, com aumento, na mesma esteira, de despesas relacionadas ao combate da nova pandemia.

Esse cenário foi levado em consideração na elaboração da proposta orçamentária pelo governador, a fim de que o estado de São Paulo alcance rápida recuperação, tanto para atender a nossos desafios atuais, como também para proporcionar um novo padrão de crescimento econômico sustentável no longo prazo. Entretanto, existem algumas inconsistências materiais na proposta enviada, inclusive, no que diz respeito à composição do Orçamento desta Casa parlamentar, com destaque para aumento de orçamento em áreas não prioritárias, como a de Comunicação Institucional e diminuição drástica em áreas importantes como Segurança e Saúde.

A que tem nos chamado a atenção é o fato de que todos os anos a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) tem sobras orçamentárias, o que demonstra claramente que não será necessário orçar valores nos mesmos montantes orçados para 2021. A implicação direta dessa constatação se dará por meio de diversas emendas que a bancada do Partido Novo propôs, retirando valores desta Casa e alocando às áreas que efetivamente precisam, especialmente nas áreas de Saúde, Educação e Segurança.

Item 2 – Diagnóstico fiscal do Orçamento estadual. Nossa atividade parlamentar, no âmbito desta Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento é a de garantir que a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e o Plano Plurianual sejam cumpridos, pois são os únicos instrumentos de planejamento fiscal que dispomos. Gostaria de fazer um diagnóstico rápido sobre a proposta orçamentária do estado de São Paulo enviado pelo governador João Doria.

O Orçamento do estado de São Paulo, isto é, aquilo que foi pensado para 2021 em termos de arrecadação e gastos é de 246 bilhões, 330 milhões, 596 mil e 108 reais. Dos 246 bilhões de reais, aproximadamente 83 bilhões de reais foram previstos para a

administração geral do Estado, para a transferências a municípios 50 bilhões de reais, dívida (interna e externa) 20 bilhões de reais; 41 bilhões foram previstos para a Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão – só de Previdência 40 bilhões de reais –, 35 bilhões foram previstos para a Secretaria da Educação, 23 bilhões foram previstos para a Secretaria da Saúde, 21 bilhões foram previstos para a Secretaria de Segurança Pública, 16 bilhões de reais foram previstos para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, 12 bilhões de reais foram previstos para o Tribunal de Justiça, sete bilhões foram previstos para a Secretaria de Transportes Metropolitanos.

Se somarmos – Delegado Olim, o seu áudio está aberto –, muito obrigado. Se somarmos as oito despesas previstas mencionadas chegaremos a 238 bilhões de reais, ou seja, 96,74% do orçamento estadual já está comprometido com essas despesas rígidas, ou seja, não há espaço para pensarmos em mais gastos, se não diminuirmos ou pensarmos em soluções eficientes com o dinheiro do pagador de impostos. Aliás, com esse cenário de crescimento de gastos, não nos sobra espaço para mais investimentos (escolas, hospitais, delegacias, equipamentos de esporte etc.).

Antes de avançarmos com meu voto no Projeto de lei 627/20, necessário e urgente ratificarmos qual é o nosso posicionamento no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e, obviamente, racionalizamos o uso escasso do recurso orçamentário do Estado, priorizando áreas finalísticas que tanto demandam recursos, como Saúde, Educação e Segurança, removendo despesas que não são prioritárias para o combate à pandemia e a recuperação econômica do estado de São Paulo.

Item 3 – Do Projeto de lei orçamentária anual estadual para 2021. O tema tratado no projeto constitui matéria reservada à lei de iniciativa exclusiva do governador do Estado, por força do disposto no Art. 174, caput, da Constituição do Estado de São Paulo. O projeto compreende o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimentos das Empresas em que o Estado detém a maioria do capital social, abrangendo, por conseguinte, todos os órgãos dos poderes do Estado e os órgãos e entidades da administração centralizada e descentralizada.

O Projeto de lei, com fundamento no Art. 174 da Constituição Estadual, disciplina a elaboração da lei orçamentária anual, as propostas para a alteração de legislação tributária, a fixação da política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, gestão das despesas com pessoal e encargos sociais, bem como orienta a gestão da dívida pública, transferências de recursos públicos para entidades privadas sem

fins lucrativos e a captação de recursos por órgãos da administração estadual para o próximo exercício financeiro.

Tendo em vista as limitações e desafios impostos à administração pública paulista para o ano de 2021, apresentamos a seguir as divergências em face do relatório apresentado pelo nobre deputado Delegado Olim, relator do Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2021. O principal remédio apresentado neste voto em separado, para corrigir tais divergências, diz respeito à correção das distorções quanto à distribuição de recursos, especialmente às áreas finalísticas de Saúde, Educação e Segurança. Dessa forma, boa parte das emendas a seguir apresentadas ajusta o valor do Orçamento das áreas meio à sua realidade orçamentária (execução do exercício de 2020) e redistribui os valores às áreas finalísticas que tanto demandam recursos.

Na mesma linha, percebemos que a proposta enviada apresenta valores menores do que aprovado no Orçamento de 2020, particularmente em áreas finalísticas, por exemplo em quatro secretarias consideradas de serviços essenciais e de programas assistenciais. Percebemos que recursos para Ciência e Tecnologia, incluindo o orçamento da Fapesp, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado, também foram cortados. Na comparação ao Orçamento de 2020, as receitas e despesas totais tiveram queda de 0,12%, mantendo o orçamento praticamente estável.

Entretanto, para conter uma maior queda, áreas como Saúde, Segurança Pública, Desenvolvimento Social e Econômico tiveram cortes. O orçamento destinado à Saúde será de mais de 23 bilhões e 740 milhões de reais, uma queda de aproximadamente 6%. A Secretaria de Segurança Pública teve um corte de mais de 14%, com um total de 21 bilhões e 720 milhões. A pasta de Desenvolvimento Social terá cerca de 890 milhões de reais disponíveis, um corte de mais de 7%. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico teve uma queda de quase 9% no Orçamento, com um total de aproximadamente 16 bilhões e 300 milhões.

Destacamos que apesar dos cortes em áreas essenciais, o Governo aumentou o orçamento previsto para publicidade institucional em 70%. Pulando de 88 milhões de reais para 153 milhões de reais, o que detalharemos mais adiante com emendas sugeridas. Além disso, pretende-se, com algumas das emendas sugeridas, corrigir um erro conceitual de previsão orçamentária que tem sido utilizado com frequência por meio de um artifício conhecido como “Janela Orçamentária”.

Um bom planejamento orçamentário prevê somente a inclusão de ações na LOA que tenham valores compatíveis com a meta física prevista no Plano Plurianual, ou seja:

não deve contemplar as chamadas ações com valores simbólicos ou “Janelas Orçamentárias”. Prever que numa peça tão importante como a Lei Orçamentária Anual tenhamos valores simbólicos é o mesmo que afirmar, em sentido formal, que existem descompassos graves entre planejamento orçamentário e as prioridades do Governo. Trata-se de uma dotação simbólica na lei orçamentária, em valor significativamente inferior ao custo da ação correspondente, com a finalidade clara de viabilizar, mediante pressões políticas, futuras suplementações e isso não pode ser tolerado.

Dessa forma, estamos sugerindo, por meio de diversas emendas, a exclusão das dotações com valores inferiores a dez mil reais Proposta de Lei Orçamentária Anual e alocando na Secretaria de Saúde, área finalística e que demanda de recursos para fazer frente ao combate da Covid-19. Não podemos admitir no Orçamento do estado de São Paulo a permanência de “Janelas Orçamentárias”, que demonstram, no limite, uma má utilização do mecanismo de crédito adicional suplementar na execução orçamentária de 2021. Os valores estão sendo remanejados à Secretaria de Saúde, que sofreu uma redução de mais de 800 milhões de reais na proposta de Lei Orçamentária Anual enviada.

Outro ponto que merece destaque, aliás, bastante destaque, é o ofício ATG-GG. JD nº 41/2020 enviado pelo governador do estado de São Paulo no qual solicita um acréscimo de 300 milhões de reais na rubrica do grupo 31 – rubrica própria 3.190.011 e que foi contemplada no parecer do nobre deputado Delegado Olim no valor exato da demanda solicitada.

Por meio da subemenda nº1, o nobre relator do PLOA 2021 alegou que contemplou as emendas 113, 114, 2.471, 2.475, 2.476, 2.930, 3.826, 5.141, 5.144, 5.146, 5.152, 5.733, 5.979, 6.598, 6.599, 6.600, 6.602, 6.604, 6.613, 6.616, 9.662, 9.665, 10.845, 10.846, 11.762, 11.849, 11.851, 11.854, 11.857, 11.859, 11.860, 11.870, 11.975, 11.977, 11.979, 11.982, 11.983, 11.985, 12.891, 14.146. Entretanto, se observarmos a primeira emenda, de nº 113 do nobre deputado Carlos Giannazi, perceberemos que sua função precípua era sim de acrescentar orçamento ao TJSP, mas para compra de softwares especializados e não para pagamento de despesas com pessoal.

Outra emenda, por exemplo, a de número 2.471 do nobre deputado Campos Machado acrescenta orçamento à dotação 5.029 para garantir o pagamento de auxílio saúde, mas não para pagamento dos vencimentos. Não nos parece fazer sentido esse incremento orçamentário, uma vez que todas as unidades orçamentárias, e isso inclui a própria Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, estão reduzindo seus vencimentos, contratos e buscando alternativas para reduzir suas despesas.

Verba Editorial Ltda.

Bom, passarei agora à conclusão do voto.

Então, diante do exposto, meu voto é: 1. Favorável ao Projeto de Lei nº 627, de 2020; 2. Favorável ao relatório apresentado pelo nobre Deputado Delegado Olim com as ressalvas apontadas no presente relatório, especialmente: 3. Favorável às emendas 2.303, 2.469 e 2.470, 2.483 a 2.487, 2.934 a 2.941, 6.556 e 6.557, 11.988 a 11.990, 11.991 a 12.040 e 11.840 a 11.845.

Sala das Comissões, Ricardo Mellão.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Perfeito, deputado, obrigado, primeiramente, mais uma vez registrar a compreensão, você que sempre tem feito um papel de apresentar as notas técnicas do Orçamento. Obrigado mais uma vez por não ter lido todas as páginas, e sim as partes essenciais em relação ao seu objeto apresentado. Passo, então, ao deputado Paulo Fiorilo, peço também o mesmo, essa compreensão.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Para que possa apenas seguindo as partes em destaque que, tanto você, quanto o deputado Teonilio Barba propuseram através do relatório. Deputado Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Eu vou pedir (Ininteligível.).

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** A conexão está ruim, então neste momento eu quero... Bem, se houver acordo de todos os deputados, vamos dar por lido o relatório do deputado Paulo Fiorilo. Se há consenso, então, deputado Paulo Fiorilo, a conexão caiu, então vamos dar por lido o relatório do deputado Paulo Fiorilo, haverá acordo de todos?

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO -** Pela ordem, presidente. Só para esperá-lo, como ele está congelado na imagem, ele escreveu aqui no “chat”, e se inscreve. Então só para ele voltar e saber qual é a vontade dele, se for possível.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP -** Está aprovado, não é, presidente?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Se houver consenso.

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO -** Não, eu gostaria de ouvir o deputado Paulo Fiorilo, porque como ele acabou sendo desconectado, enfim, teve problemas de conexão. Eu já tive esses problemas também, então (Ininteligível.) qual é a vontade dele.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Então peço para V. Exa. ler o relatório dele, por gentileza.

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO -** Sem problema, só abri-lo aqui. Na verdade, deputado Wellington, é só para saber a vontade dele mesmo.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Mas se a conexão caiu, e se a conexão não volta? Como é que a gente vai saber a vontade?

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Ah, voltou deputado. Deputado Paulo.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Estou até respeitando a vontade dele, até em respeito ao deputado Paulo Fiorilo, mas, deputado Paulo Fiorilo? Bem, vou dar mais dois minutos aí, para o deputado tentar se conectar. Aí, caso ele não consiga, a gente dá continuidade. Perfeito, Srs. Deputados? Estou vendo a imagem dele, acho que é a internet, deputado Paulo.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** O senhor está me ouvindo, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**

Agora estamos ouvindo.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Eu estava ouvindo, Sr. Presidente, eu entrei em uma outra conexão, porque a da Casa caiu, o senhor me ouviu? Alô?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**

Deputado Paulo Fiorilo? Infelizmente – é, Srs. Deputados, vocês estão acompanhando que não é, infelizmente.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** O senhor está me ouvindo? Sr.

Presidente, o senhor está me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**

Agora voltou, estou ouvindo.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** E agora, Sr. Presidente, o senhor me

ouve?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**

Pronto, eu desativei o áudio, pode falar, deputado, estou ouvindo.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Mas eu tenho algumas páginas para ler,

eu faço rapidinho. O senhor está me ouvindo? Posso começar? Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Está

picotando muito a sua voz, deputado, estou sendo bem franco. Não sei se...

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Eu vou tentar, eu vou tentar voltar para

a conexão da Assembleia, vamos ver se ela resolve, só um segundo, Sr. Presidente, prometo que eu não vou...

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Caso

não consiga, quero apenas registrar que a gente tentou, infelizmente devido à conexão que

deu problema. Vou dar em torno de um minuto ao deputado, senão a gente vai ter que dar continuidade, Srs. Deputados. Aí eu peço a compreensão de todos.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - (Ininteligível.)**

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Deputado Paulo, infelizmente...

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - (Ininteligível.)**

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Não tem condições de nós...

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** O senhor ouviu?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Está picotando, a gente não consegue nem...

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Vou tentar na conexão da Assembleia.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Agora ficou.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Na conexão da Assembleia.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Agora eu peço...

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** A conexão da Assembleia.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Coloca, por gentileza, (Ininteligível.) de Vossa Excelência.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Agora foi, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Agora estamos lhe ouvindo.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Primeiro eu queria registrar o meu voto favorável ao meu relatório, se houver qualquer queda de conexão, já (Ininteligível.).

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - É,**  
caiu de novo a conexão. Srs. Deputados, então vamos dar continuidade, como eu havia conversado, todos estão de acordo.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Você consegue me ouvir, ou não, agora?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Agora estou, deputado, estou te ouvindo. Se cair, nós não temos como saber. (Vozes sobrepostas.)

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Mas está dentro da sala, ou não? Entre no seu link. Wellington, eu queria só tentar mais uma, a última vez, entrar em um outro link, só um segundo. Entra naquele seu link lá, mas não tem problema, eu troco.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Deputado, até onze horas e dez minutos (Ininteligível.), infelizmente.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Obrigado, presidente. Wellington, eu vou entrar por um outro link, só não vai estar o meu... Tá, é o nome da minha assessora, a Lauana, aí eu troco o nome.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Sr.**  
Deputado, o que eu vou fazer? Nós vamos dar por lido o relatório e, na hora da discussão, o deputado pode, então, fazer as considerações dele. Então, havendo acordo, nós estamos dando por lido o relatório do deputado Paulo Fiorilo. Eu coloco em discussão.

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO -** Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Pela ordem, deputado Ricardo Mellão.

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO** - Eu gostaria de me inscrever para discutir.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Por gentileza, deputado, V. Exa. tem 15 minutos.

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO** - Muito obrigado, bom dia aos Srs. Deputados, bom dia a todos aqueles que nos assistem aqui pela TV da Assembleia. Bom, nós estamos diante de uma Proposta de Lei Orçamentária que apresenta, conforme eu fiz questão destacar no meu voto em separado, algumas inconsistências importantes, e que eu gostaria de trazer, e trazer luz a elas, para que todos possam refletir na hora de fazer o seu voto em um dos relatórios aqui colocados. O relatório do Delegado Olim, e entre os votos em separado colocados aqui tanto por mim quanto pelo deputado Paulo Fiorilo.

Eu queria trazer destaque, principalmente aqui, a três itens importantes, eu gostaria muito que os Srs. Deputados pudessem refletir à luz daquilo que vocês entendem que é prioritário para o Estado, e para a população do estado de São Paulo, que tanto sofreu durante essa pandemia, com perdas de emprego, com perdas de rendas, e perdas de vidas, principalmente.

A primeira delas é a diminuição do Orçamento, com gastos com Saúde, da ordem de cerca de 700 milhões de reais, e que uma das justificativas que o Governo colocou foi justamente de que já fizeram deste ano agora, de 2020, na execução desse ano de 2020, já tenham feito as compras necessárias para o combate à Covid, só que eu ainda não localizei na Proposta de Lei Orçamentária para o ano que vem, que está sendo discutida hoje, por exemplo, onde se enquadrarão os gastos com a vacina que o governador João Doria está prevendo aí, a famosa coronovac.

Eu gostaria de saber dos gastos com seringas, agulhas, vacinas, enfim, onde se encaixa tudo isso, já que ele pretende vacinar todos os paulistas. E também, segundo ele, brasileiros que assim desejarem serem vacinados aqui no estado de São Paulo. Então onde se encaixa no Orçamento que, no ano passado, um ano sem pandemia, era superior ao

Orçamento que ele está prevendo para o ano que vem. Aqui então eu gostaria muito de ter essa resposta.

Um outro ponto que eu queria destacar é a diminuição, em dois bilhões de reais, com gastos com Segurança Pública. A gente sabe o quanto é uma área prioritária e importante, e não encontrei justificativas razoáveis que pudessem justificar uma administração desse montante dos gastos em Segurança Pública, como eu bem destaquei no meu voto em separado.

E, diante disso, uma vez que esses gastos vão diminuindo, acho uma péssima sinalização o Governo do Estado de São Paulo aumentar, de 88 milhões para 153 milhões de reais, os gastos com comunicação institucional, os gastos com propaganda, com divulgação do Governo, eu acho temerária essa sinalização. Todos os outros anos tiveram gastos menores, por que aumentar em tanto o gasto com comunicação institucional, com propaganda, em um ano em que nós sabemos que a população precisa tanto dos serviços públicos, principalmente de Saúde, a Educação terá que passar por adaptações, a Segurança Pública pode sofrer sérios problemas.

É uma sinalização péssima, nós estamos aumentando esses gastos, e queria destacar aqui: não dá para a gente aceitar isso na aprovação desta Proposta de Lei Orçamentária de 2021.

E o terceiro ponto que eu queria destacar, que também está ali colocado no meu voto, é esse aumento da dotação de pessoal no Tribunal de Justiça, em cerca de 300 milhões. O governador mandou um ofício aqui, pedindo para complementar no Orçamento, e foi atendido com uma subemenda do relator, o deputado Delegado Olim.

E aí isso me faz lembrar daquela taxa do Judiciário, inclusive teve um projeto aqui aprovado nesta Casa, que a gente sabia que 30% dessa taxa, que dava mais ou menos 290 bilhões de reais, é um valor até parecido, esses 30% que ficavam no Tesouro Estadual, foi provado que eles fossem repassados diretamente.

E eu estou aqui, inclusive, com o ofício das razões, da justificativa aqui daquele projeto, assinado pelo secretário Henrique Meirelles, e que ele colocava ali claramente que essa parte de 30% da arrecadação dessa taxa do Judiciário que ficava com o Tesouro do Estado, seria agora transferido diretamente ao Tribunal de Justiça de São Paulo, para ser destinado exclusivamente para pagamento de despesa de pessoal.

E que isso não traria impacto financeiro, está aqui nas razões, na justificativa do ofício que ele encaminhou com aquele projeto, bem claro aqui, no parágrafo 4º, na antepenúltima, penúltima e última linha, que: “essa medida não teria impacto financeiro

para o poder Executivo, uma vez que haverá compensação via redução da parcela discricionária alocada ao Tribunal de Justiça”, como houve, de fato, na proposta inicial enviada aqui, da Lei Orçamentária Anual de 2021.

Na primeira proposta enviada foi feita essa compensação, como foi colocado aqui nessa justificativa, só que de repente surgiu um novo ofício aqui do governador, encaminhado a esta Casa, pedindo para complementar 300 milhões de reais nessa votação, e que acabou sendo aceito através de uma subemenda do relator, o deputado Delegado Olim, alegando que estava atendendo ali várias emendas destinadas ao Tribunal de Justiça, de vários deputados que apresentaram.

E, como eu mesmo destaquei, emendas que não estavam ali previstas para gastos com pessoal. Eu dei um exemplo da emenda do deputado Giannazi, que era para a compra de “softwares”, para modernizar a Justiça, para trazer mais tecnologia, trazer mais eficiência nos julgamentos, diminuir os prazos, enfim, e não estou vendo isso sendo contemplado através dessa subemenda apresentada.

Então, ficam aqui esses pontos. A minha recomendação é que votem no meu relatório, no meu voto em separado, do Partido Novo, porque ele é o único que realmente tira os gatos que estão sendo feitos em áreas não essenciais, como dimensionei aqui algumas, e estão sendo direcionadas para aquilo que é essencial, principalmente nesse momento para a população do estado de São Paulo.

Peço aos Srs. Deputados que considerem os meus pontos aqui levantados e votem favorável ao meu voto em separado, que é o voto da bancada do Partido Novo, com as emendas aqui que não foram contempladas no relatório do deputado Olim, e que estão aqui previstas no meu voto para as áreas finalísticas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Obrigado, deputado Ricardo Mellão. Passo agora, inscrito o deputado Paulo Fiorilo, tem o tempo de dez minutos.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Primeiro, registrar aqui o meu desconforto de não ler o meu voto, e eu não estou usando uma conexão que não a da Assembleia, então só para registro. Segundo, o voto que nós apresentamos pelo Partido dos Trabalhadores aponta uma série de problemas no voto apresentado pelo deputado Delegado Olim.

Alguns dos pontos o deputado Mellão pegou, eu vou só reforçar. Em que pese o governador tenha feito um discurso falando da importância da vacinação, você não encontra uma proposta orçamentária, não identifica ações e dotações orçamentárias que, em 2021, serão especificamente voltadas para o combate da pandemia e seus efeitos.

Eu não sei se o deputado Olim observou essa situação, eu gostaria muito que ele pudesse, quando fosse falar, entrar nesse aspecto tão importante do projeto orçamentário. Uma outra questão que eu gostaria de ressaltar aqui, Sr. Presidente, diz respeito à questão da publicidade. Apesar de ter remanejado recursos para outras dotações orçamentárias, o deputado Olim não fez nenhuma alteração nos recursos destinados à comunicação, que poderiam ser utilizados, com certeza, para outras questões importantes.

Terceira questão importante que eu queria ressaltar aqui, é a não suspensão da desvinculação da Fapesp. Aliás, deputado, a segunda pergunta que eu queria deixar para o senhor: no início do seu voto, na página 3, o senhor diz que o poder Executivo inclui aproximadamente 12 bilhões com receitas condicionadas, que são aquelas que estavam congeladas.

Com a aprovação desta Casa ao referido Projeto de lei, que se tornou a lei 17.293, de 15 de outubro de 2020 condicionadas pelas respectivas fontes definitivas, o texto do senhor não fica claro quais as receitas condicionadas. Se o senhor pudesse esclarecer, seria muito importante.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Deputado.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Uma outra questão é que, apesar de aportar recursos para a habitação, o senhor ainda não conseguiu ou não pôde, se pudesse ter mexido no 70, nos recursos da comunicação, talvez tivesse feito isso, ampliado os recursos para a Educação. Nós percebemos que a questão da Saúde, que o corte seria 820 milhões, o relator só recolou 133,8 milhões, o que ainda está muito longe, principalmente em um momento tão grave de pandemia.

Uma outra questão, deputado Olim, que eu gostaria muito de ouvi-lo, é sobre a emenda 2.304. A emenda 2.304 eu tenho uma dúvida, se o senhor atendeu ou se o senhor pediu para rejeitar. Eu estou falando isso porque eu olhei a proposta que o senhor apresentou, mas não consegui identificar, eu não sei onde é que o senhor colocou essa emenda.

Uma outra questão importante, e aí eu termino, Sr. Presidente, em que pese eu ter perdido o momento de ler o meu voto, com as considerações que o voto traz, e aí eu termino com elas.

Nós somos contrários ao parecer do relator, e propomos: A – A aprovação do Projeto 627 de 2020; B – Pela aprovação das emendas B e C; das emendas 12.144, 12.145, 12.146, 12.147, 12.148, e das subemendas de número 1 a 17, propostas no relatório do deputado Delegado Olim; C – Pela aprovação da emenda 12.287, que remaneja recursos da ação Publicidade Institucional para suplementar a ação de Frentes de Trabalho, no valor de 21 milhões de reais; D – Pela aprovação da emenda 12.888, que remaneja recursos da ação Publicidade Institucional para suplementar o orçamento das ações Programa de Qualificação Profissional, Via Rápida Emprego, Times do Emprego e Intermediação de Mão de Obra, no valor de 24 milhões de reais; E – Pela aprovação da emenda 12.292, que adiciona o Art. 13, para retirar a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a Fapesp, do rol de fundações sobre as quais se incide a emenda constitucional 93/2016, e renumera-se os demais; F – Pela aprovação das emendas 12.150, 6.735, 12.047, 12.046, 14.928, que remanejam recursos para a ação 6.140, de Assistência ao Egresso e à Família, no valor de 174 milhões de reais.

Pela aprovação da emenda 12.149 que disciplina a abertura de créditos suplementares quando direcionados aos órgãos de Justiça. Pela aprovação da Emenda C deste voto com recursos destinados ao Desenvolvimento Social, Saúde, Cultura, Segurança Pública, Agricultura, Transportes Metropolitanos e Habitação, nos respectivos programas e ações que apresentaram redução em valores reais em relação à Proposta Orçamentária de 2021 comparado com 2020.

I – Pela aprovação da emenda D para a Educação no valor de oito bilhões de reais para garantir 30% da receita de impostos e transferências previstos pelo Art. 255 da Constituição Estadual no valor de oito bilhões de reais.

Depois: J – Pela aprovação da emenda E, destinada ao Iamspe no valor de 700 milhões de reais; L – Pela aprovação da emenda F para a Polícia Técnico-Científica, visando atender à demanda dos peritos do IML no valor de 100 milhões de reais; emenda F – Pela aprovação da Emenda G destinada à ação dos Conciliadores e Mediadores da Justiça no valor de 100 milhões de reais; N – Aprovação da emenda 6.574 que dá transparência a renúncia de receita de ICMS e IPVA.

O - Aprovação da emenda 6.586 que reduz de 17% para 5% parte da margem de remanejamento do governador do Estado no Orçamento de 2019. A aprovação da emenda

5.197 que reduz de 5% para 2% para operações de crédito por antecipação de receita; Q – Define critérios para cálculo do percentual das universidades conforme a emenda 11.079; e R – Disciplina as receitas do Estado, conforme emenda 6.572.

Esse é o voto que eu não puder ler, apresentado por mim e pelo deputado Barba. E, por fim, eu não sei quanto tempo eu tenho, eu destaco os recursos aportados no Tribunal de Justiça que, pelas alterações feitas, essa foi a maior alteração em detrimento a algumas ações que poderiam ser beneficiadas nos casos já citados aqui, da Saúde, do Trabalho e outras áreas, como a Habitação, que são áreas fundamentais para enfrentar a pós-pandemia, e ainda outra pandemia mesmo que a gente tenha as vacinas já no início deste ano, no final deste, e no início do próximo.

Por fim, Sr. Presidente, eu queria registrar aqui que, se não tiver uma dotação específica no caso das vacinas, me parece muito difícil, inclusive, que se controle quanto será gasto para a combate à Covid, em especial à compra de vacinas para o próximo período, que é tão importante para as pessoas que precisam não só produzir, mas serem protegidas da Covid-19.

Por isso, eu quero pedir o voto ao meu relatório, apresentado por mim e pelo deputado Barba, em que pese, deputado Olim, eu tenha que reconhecer aqui o esforço do senhor relator, no sentido de incorporar várias emendas apresentadas pelos deputados, e em especial pela bancada do Partido dos Trabalhadores. Entendo que foi muito importante, eu acho que 15 mil emendas apresentadas, o senhor, no mínimo, que o senhor incorporou em número importante, mas deixo aqui destacado as questões que me parecem fundamentais para o próximo período. E, nesse sentido, peço o voto ao meu relatório, assinado por mim e pelo deputado Barba, líder da Bancada do PT. Muito obrigado, Sr. Presidente, e peço que publique o meu voto na íntegra.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Perfeito, deputado, já está publicado, não é? O seu voto já foi apresentado na Comissão. Não havendo mais oradores.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP -** Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Pela ordem, deputado Delegado Olim.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Posso só responder três perguntinhas para o deputado Fiorilo? Que ele é meu amigo, eu tenho que dar a (Ininteligível.), o som dele está muito ruim, quase não entendi nada do que ele falou, mas pelo o que eu entendi, por gentileza, pode ser rapidamente? Cinco minutinhos, pode ser?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - O senhor tem dez minutos, deputado, fique à vontade.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Vou falar rapidamente. Deputado Paulo Fiorilo, quanto à vacinação, que o senhor me pergunta aí que é 4.124 da Saúde, tem tanta emenda da Saúde que vai ter muito dinheiro para o Governo poder remanejar, então fique tranquilo que ele não vai pedir nenhum emprestado para o senhor aí, que vai ter dinheiro para tudo isso aí. Quanto ao problema da, o senhor me falou aí, o senhor me pergunta da publicidade, realmente de 90 para 180 milhões, precisamos marcar uma audiência com o governador. Eu mantive isso aqui, e vou perguntar para ele onde ele vai enfiar todo esse dinheiro, então a gente tem que perguntar para ele, mas eu mantive.

E quanto às receitas condicionadas que o senhor me perguntou, (Ininteligível.) 15 do projeto, para informar para o senhor que nunca se deu tantos milhões de suplementos para várias secretarias, quase 900 milhões de reais que nós demos aí, atendemos quase três mil emendas dos deputados, acho que nesta Casa nunca aconteceu isso. Então estão dadas as respostas às coisas que eu mais consegui entender, irmão, obrigado pela atenção, presidente.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Deputado Olim, eu infelizmente não tenho dinheiro para aportar o meu orçamento, eu tenho a capacidade de fiscalizar o Orçamento, como o senhor. E eu fiquei na dúvida, o senhor me disse do que levou a emenda 2.304, porque eu não a vi rejeitada, e não a vi acatada nas áreas da secretaria. Eu estou só perguntando, até porque o senhor sabe que se não tiver a clareza no voto que nós estamos votando aqui, nós vamos depois ter dificuldade para consertar. Se o senhor

pudesse só consultar a sua assessoria, que fim levou a emenda 2.304. Só isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Deste modo, então, coloco em discussão. Não havendo oradores, aliás, todos os que já quiseram se inscrever se inscreveram, então está encerrada a discussão. Em votação, é votação nominal, então como vota o nobre deputado Roberto Engler?

**O SR. ROBERTO ENGLER - PSB -** Com o relatório do Delegado Olim.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Perfeito, como vota o nobre deputado Delegado Olim?

**O SR. DELEGADO OLIM - PP -** Agradeço a todos, voto no meu relatório.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Como vota a nobre deputada Dra. Damaris?

**A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Pela ordem.

**A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Eu voto com o relatório do Delegado Olim.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Registrado. Como vota o deputado Dirceu Dalben?

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL -** Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Pela ordem.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Voto com o relator, deputado Delegado Olim, e quero parabenizá-lo pelo relatório, e pela manutenção das emendas. Espero que em Plenário não haja mudanças, Delegado Olim, e demais deputados.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Perfeito, deputado. Como vota o deputado Ricardo Mellão?

**O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO** - Voto a favor do meu relatório, do relatório do deputado Ricardo Mellão.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Como vota o deputado Adalberto Freitas?

**O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Pela ordem.

**O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL** - Voto a favor do excelente relatório do relator Delegado Olim.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Como vota o nobre deputado Paulo Fiorilo?

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Sr. Presidente, voto no relatório apresentado por mim e pelo deputado Teonilio Barba.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Perfeito. Como vota o deputado Marcio da Farmácia?

**O SR. MARCIO DA FARMÁCIA - PODE** - Voto com o relator, deputado Olim.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS –**  
Perfeito. Como vota o deputado Alex de Madureira?

**O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD -** Sr. Presidente, voto com o relatório do relator, Delegado Olim.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -**  
Perfeito, e este presidente também vota com o relatório do deputado Delegado Olim, ao qual parabenizo pelo relatório. Então fica, portanto, a votação oito votos ao relatório do deputado Delegado Olim, um voto ao deputado Ricardo Mellão, e ao deputado Paulo Fiorilo, ficando aprovado o relatório do deputado Delegado Olim.

Parabéns, deputado, eu sei que V. Exa. fez um excelente trabalho nesse relatório, não tem como deixar de parabenizar, por mais que não esteja aqui, o líder do Governo, o deputado Carlão Pignatari, que foi uma pessoa muito responsável, junto com o deputado Delegado Olim, para que todas as emendas que foram apresentadas, e foram acatadas, pudessem estar hoje no relatório do deputado.

A gente, a bravura, a dedicação do deputado Carlão Pignatari, e do Olim, atendeu várias entidades, secretários, e propôs então fazer um relatório na qual está alterando, aproximadamente, 830 milhões deste Orçamento para dedicar aí às secretarias, aos pedidos dos deputados. Então parabenizo, deputado, pelo seu excelente trabalho, Delegado Olim e deputado Carlão Pignatari. E a todos os deputados que estão aqui e participaram desta Comissão, deputado Roberto Engler, sempre presente, deputada Dra. Damaris, deputado Dirceu Dalben, deputado Ricardo Mellão, que tem as suas opiniões técnicas mais aqui apresentadas, deputado Adalberto Freitas, deputado Marcio da Farmácia, deputado Alex de Madureira, e ao deputado Paulo Fiorilo, que sempre faz a sua parte de obstruir, mas de forma correta, de forma que não deixe aqui todos os deputados ficarem horas trabalhando, mas objetivo.

Então, eu parabenizo também, deputado Fiorilo, e obrigado a todos os deputados.

**A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PSDB -** Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -** Pela ordem, deputada Dra. Damaris.

**A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PSDB** - Apenas para cumprimentar, presidente, o deputado Delegado Olim. Eu quero reconhecer aqui, deputado, o esforço que foi feito pelo senhor, naturalmente o deputado Carlão Pignatari sempre apoiando as nossas ações.

Eu também fui neste ano relatora da LDO, e sei que é um trabalho desafiador, que o deputado Delegado Olim desempenhou com muita competência e brilhantismo. E eu quero cumprimentá-lo, deputado Delegado Olim, pela apresentação do seu relatório no dia de hoje, e a qualidade do mesmo. Parabéns, obrigada, presidente, deputado Wellington Moura, pela ótima condução dos trabalhos. A todos os colegas, também aqueles que apresentaram seus votos em separado, parabéns a todos.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Obrigado, deputada Damaris.

**O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** – Sempre elegante nas suas palavras. Deputado Adalberto Freitas.

**O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL** - Primeiro, quero cumprimentar o presidente, pelo senhor ter conduzido muito bem esta Comissão, dando a oportunidade para todos os nobres deputados se expressarem, na medida do que eles acharam que o bem direito, com os seus relatórios.

Cumprimento também o deputado Ricardo Mellão, ao deputado Paulo Fiorilo, por terem apresentado os seus relatórios também, e mais uma vez o nobre deputado Delegado Olim, pelo excelente relatório feito. E pelo apoio total do nosso líder do Governo, deputado Carlão Pignatari. Então agradeço a todos, os nobres parlamentares que participaram aí da votação desta Comissão. Muito obrigado, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS** - Obrigado, deputado Adalberto Freitas. Então, não havendo mais nada a tratar, está encerrada esta Comissão. Obrigado a todos os deputados.

Verba Editorial Ltda.

- É encerrada a reunião.

\* \* \*